# Carta de São Paulo

# *XI Seminário Brasileiro sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social (SAPIS) e VI Encontro Latino-americano sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social (ELAPIS)*

*Tema dos eventos:* ***Conexões territoriais e governança democrática de áreas protegidas e cenários de reconstrução***

*Sediado em São Paulo, no Departamento de Geografia (DG), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP), de* ***25 a 30 de novembro de 2023****.*

Nós, participantes do XI Seminário Brasileiro sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social (SAPIS) e do VI Encontro Latino-americano sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social (ELAPIS), nos manifestamos sobre a importância deste espaço de diálogo e construção coletiva entre a academia, a gestão pública, o movimento social e outros segmentos da sociedade brasileira e latino-americana.

Este espaço é particularmente importante neste contexto de retomada de diálogos de reconstrução das políticas públicas e ações coletivas, especialmente após as crises de saúde, estando passando por fases de ataques contundentes e crescentes à sociobiodiversidade e vivendo em momento agudo de manifestações climáticas na nossa região latino-americana.

Durante os eventos debatemos resultados de pesquisas, depoimentos provenientes da sapiência de várias cosmovisões indígenas e outros líderes comunitários, relatos de experiência da gestão pública, interagimos entre grupos sociais diferentes, partilhamos ideias diversas e plurais, aprendemos uns com os outros, promovemos alianças e construímos possibilidades de caminhos.

Sendo a América Latina a região de maior biodiversidade e de uma das maiores sociodiversidades, temos que exercer nosso papel de liderança pela necessária mudança paradigmática em direção ao *buen vivir* coletivo.

Precisamos de mais natureza – ou, buscando reconhecer as diversidades e respeitar outros pensamentos: conceitos diversos fundamentados em identidades, afetos, sentimentos, conhecimentos e sonhos no sentido do que expressamos como natureza. Precisamos das lições, dos conhecimentos, das práticas e da liderança de povos e comunidades. A conservação – ou outros conceitos com sentido similar – não pode ser mais a causa, o veículo ou a justificativa para as desigualdades. O passivo histórico de desrespeito e injustiças sociais deve ser reconhecido e enfrentado, pelas relações sociais, pelos estudos e pesquisas e pelas políticas públicas!

A transformação ético-política pode aproveitar oportunidades presentes nas fissuras do sistema opressor. Precisamos usar as decisões internacionais que nos permitam promover os melhores caminhos para governos e sociedades com equidade, justiça e democracia.

Ao menos em sua definição, a Convenção sobre a Diversidade Biológica apresenta a conservação e a equidade nos seus objetivos originais.

A emergência climática nos afeta a todos e todas, mas de forma muito aguda aos grupos sociais vulneráveis, nas florestas, nos contextos urbanos, nos manguezais, nos vales de rios canalizados e transformados em avenidas, nas caatingas, nas favelas, nos rios amazônicos, nas periferias urbanas e em tantas outras situações de desastres e crimes ambientais.

A implementação do Plano Estratégico Global de Biodiversidade, Kunming-Montreal, no geral bem-vinda, não pode ser dissociada dos direitos de povos indígenas e comunidades tradicionais, nem da diretriz da equidade em geral, inclusive nas cidades. A conservação da biodiversidade deve ser aliada do enfrentamento da emergência climática. Não deixemos ninguém para trás! Ousemos inovar com base nas tecnologias sociais ancestrais, tais como o diálogo e o respeito. Avancemos para a construção colaborativa de soluções e a transformação dos conflitos (que enfrentamos) em benefícios!

Ouvimos aqui o interesse no respeito à Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho, inclusive por representantes governamentais. E vimos também a reivindicação daqueles que não são reconhecidos nesse sentido.

Queremos as áreas protegidas e conservadas como espaços pulsantes de vida. Por isso defendemos, promovemos e colaboramos com o seu ressignificado como núcleos irradiadores da qualidade de vida e indutores de transformação e da necessária mudança paradigmática nas nossas sociedades.

Não basta que nós, mesmos, nos mobilizemos pelos preceitos dos acordos internacionais, pois temos que promover com que os governos, o setor privado e a sociedade em geral também se engajem.

Enfatizamos que, mesmo considerando todos os esforços em andamento pela gestão pública, pelo movimento social e pela academia, a complexidade dos desafios a serem enfrentados exige garantias de financiamento das ações adequadas e equipes adequadamente dimensionadas e qualificadas para fazer frente às demandas emergenciais e cotidianas.

Agradecemos as iniciativas em defesa da reconstrução e da união. Mas não basta que setores governamentais (como, por exemplo, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, o Ministério do Meio Ambiente e Mudança Climática - MMA e o Ministério dos Povos Indígenas – MPI, entre outros) queiram processos mais integrados de promoção da vida e da diversidade social. Pois precisamos que as autoridades superiores dos executivos dos três níveis de governo e os respectivos parlamentos destinem mais recursos econômicos para os processos participativos, para a transferência de poder no sentido de governanças mais adequadas e para enfrentar as ameaças e os ataques a esses territórios. Precisamos de mais servidores públicos e de oportunidades para as comunidades e os povos nos espaços governamentais.

Reafirmamos a importância e a centralidade das instâncias formais e não formais de governança democrática e equitativa associadas aos processos de criação e gestão de áreas protegidas e conservadas. Assim como rejeitamos toda e qualquer forma de preconceito ou discriminação associada a esses processos.

Entendemos que as áreas protegidas e conservadas não se limitam aos seus aspectos operacionais, mas devem ser capazes de interpretar, abordar e internalizar, segundo perspectivas histórico-culturais e simbólicas, as inúmeras subjetividades em jogo sobre a natureza, as múltiplas cosmovisões e as variadas dinâmicas locais.

Reafirmamos a importância do significado das áreas protegidas e conservadas para a sensibilização e reconexão da sociedade com a natureza e para o seu engajamento no processo de conservação da sociobiodiversidade. Neste sentido toda a vida importa!

Reafirmamos a importância do engajamento de jovens e da perspectiva intergeracional no processo.

Reconhecemos a indissociabilidade entre natureza e cultura.

Defendemos os reconhecimentos de todos os territórios tradicionais.

Queremos aprender mais sobre os significados dos territórios tradicionais, inclusive em conexão com a *Patcha Mama*. Assim, reconhecemos também os seus valores intrínsecos, culturais e sagrados. E, claro, fundamentais para a sobrevivência humana, para o enfrentamento da emergência climática, para a segurança hídrica, para a soberania alimentar, para o bem-estar e para a melhor saúde. São, assim, importantes como a essência do sentido de pertencimento planetário.

Acatamos a recomendação no sentido de que os povos indígenas e comunidades tradicionais, com apoio dos respectivos órgãos responsáveis, promovam um encontro similar, mas sediado por eles/as, que convidarão a academia e os responsáveis pela gestão.

Reconhecemos e reforçamos a demanda de criação de pavilhão ou departamento de povos indígenas e comunidades tradicionais – sua cultura, seus conhecimentos, suas práticas e sua sabedoria – na Universidade de São Paulo e nas demais universidades do país.

Quando vemos a Amazonia secar, o Pantanal arder, as cidades do centro sul virarem fornos, o sul inundar, o nordeste sofrer... não há como não nos unirmos em um grito em defesa da vida! Não há como aceitarmos a progressiva degradação do sentido de natureza e o desrespeito aos direitos humanos. Não queremos mais conflitos desnecessários entre nós, que desvie o nosso foco e a nossa capacidade de ação com relação ao que nos oprime e ameaça a vida planetária!

Não mais degradação da natureza, não mais desrespeito à autodeterminação dos povos, não mais homogeneização imposta.

*Participantes no XI SAPIS e VI ELAPIS, em São Paulo, 30 de novembro de 2023*

Notas:

Este texto foi aprovado por aclamação na plenária de encerramento do XI SAPIS e VI ELAPIS.

Assim, em nome de todos/as os/as participantes, ele é aqui endossado pela Coordenação Geral, pela Coordenação Adjunta e pela coordenação da Secretaria e da Comissão dos Povos e Comunidades Tradicionais – Maloca, todas da Comissão Organizadora do XI SAPIS e VI ELAPIS. (Compostas por Sueli Angelo Furlan, Marta de A. Irving, Cláudio C. Maretti, Orlando Ferretti, Guilherme Hissa Villas Boas, Iara Vasco Ferreira, Yasmin X. G. Nasri e Helen Evelin de Souza.) Reconhecemos também a contribuição especial para a Carta de São Paulo de indígena xavante, da Terra Indígena Pimentel Barbosa, na plenária de encerramento.

Considerado um evento acadêmico, mas em parceria com os povos indígenas e comunidades tradicionais e locais e gestores de áreas protegidas e conservadas, todas as edições do SAPIS e ELAPIS têm sido promovidas por departamentos de universidades.

O conjunto XI SAPIS e VI ELAPIS foi composto de mesa solene de abertura, conferências de abertura e encerramento, plenária de encerramento, 11 mesas redondas, 18 grupos temáticos de trabalhos que incluíram 274 trabalhos aprovados, inclusive relatos de experiências (complementando as contribuições usualmente acadêmicas) e 13 trabalhos em pôsteres. Foram realizados também 38 eventos paralelos, 23 minicursos e oficinas, 10 lançamentos de livros e três visitas de campo. Registramos e agradecemos profundamente aos 874 participantes, incluindo 140 representantes de comunidades tradicionais e povos indígenas, além de professores, pesquisadores, pós-graduandos, alunos e técnicos. No total, cerca de 75 colegas se envolveram na organização do evento, sendo que todas as contribuições foram voluntárias (inclusive professores, servidores e bolsistas indo além de suas responsabilidades diretas), incluindo 49 alunos monitores, com apoios somente de manutenção.

A programação do conjunto de eventos ainda pode ser conferida na página *web*: <https://www.even3.com.br/xi-sapis-vi-elapis/>, por tempo limitado. Muitas das transmissões já estão disponíveis nas contas do YouTube do Dept. Geografia USP (<https://www.youtube.com/@departamentodegeografiausp3591/featured>) e do Ministério do Meio Ambiente e Mudança Climática (MMA) (<https://www.youtube.com/@mmeioambiente/featured>) e serão melhor organizadas e divulgadas. Oportunamente serão produzidas publicações a serem difundidas em web site geral das edições do SAPIS e ELAPIS. Posteriormente as informações, desta edição e das anteriores, poderão migrar para o *web site*: <https://sapis.eco.br/>.

O conjunto foi organizado pelo Laboratório de Climatologia e Biogeografia (LCB), do Departamento de Geografia (DG), da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), e pelo Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras (NUPAUB), ambos da Universidade de São Paulo (USP). O financiamento do evento contou com instituições de apoio a ciência, como Capes e Fapesp, com a Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento da USP e por vários tipos de colaborações de diversas instituições públicas e organizacoes da sociedade civil, como Secretaria do Verde e do Meio Ambiente da Cidade de São Paulo, Fundação Florestal do Estado de São Paulo, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e Ministério do Meio Ambiente e Mudança Climática (MMA) do Brasil, WWF Brasil, Instituto Socioambiental (ISA), entre várias outras unidades da USP e outras instituições e organizações, como pode ser verificado em materiais impressos e online, assim como foram disponibilizados em vários cartazes, faixas e demais anúncios.